

## MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10725.000584/97-15

Recurso nº.: 119.542

Matéria

: IRPF - EX.: 1994

Recorrente : ELISABETH RODRIGUES BERNARDO

Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ

Sessão de : 11DE NOVEMBRO DE 1999

Acórdão nº. : 102-43.999

ISENÇÕES - Nos termos do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária sobre a outorga de isenções.

LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE - Concedida a servidor civil da União, nos termos do RJU, é instituto específico, não contemplada sua remuneração com a isenção prevista no inc. XXXVI do Art. 40 do RIR.

Recurso Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ELISABETH RODRIGUES BERNARDO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA

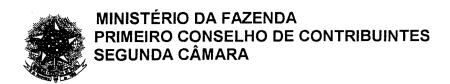
PRESIDENTE

MÁRIO RODRIGUES MORENO

RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 DE Z 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES, MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Ausente, justificadamente, o Conselheiro LEONARDO MUSSI DA SILVA.



Acórdão nº.: 102-43.999

Recurso nº.: 119.542

Recorrente : ELISABETH RODRIGUES BERNARDO

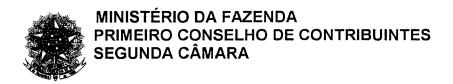
## RELATÓRIO

Através do requerimento de fls. 1 a contribuinte solicitou restituição do Imposto de Renda descontado pelas fontes pagadoras referente ao período de Setembro a Dezembro de 1994, fundamentando seu pedido no inc. XXXVI do Art. 40 do Regulamento do Imposto de Renda, porque no período assinalado, encontravase de licença para tratamento de saúde, tendo em vista ser portadora de moléstia grave.

A restituição foi indeferida (fls. 50) pela Delegacia da Receita Federal de Campos dos Goitacazes-RJ, sob o fundamento de que a isenção contemplada pela legislação refere-se exclusivamente a auxilio doença, que não seria o caso da requerente.

Inconformada, recorreu junto a Delegacia da Receita Federal de Julgamento do Rio de Janeiro (fls. 54), alegando, em resumo, que os institutos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas e no Regime Jurídico Único dos servidores civis são idênticos, ou seja, os valores recebidos durante a licença para tratamento de saúde são isentos, como o são, os recebidos a título de auxilio doença.

A Decisão da Autoridade de primeira instância (fls. 63/65), rejeitou a argumentação expendida pelo contribuinte, com os mesmos fundamentos do indeferimento inicial, ou seja, de que o auxilio doença e a licença para tratamento de saúde, são institutos distintos, o primeiro decorre da Consolidação das Leis



Acórdão nº.: 102-43.999

Trabalhistas, sendo pago pela previdência e o segundo, constitui direito do servidor público civil da União, sendo o pagamento efetuado pelo próprio empregador.

Irresignado, recorre a este Conselho (fls. 71/72), onde reitera exatamente os mesmos argumentos apresentados junto a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

É o Relatório.





Acórdão nº.: 102-43.999

VOTO

Conselheiro MÁRIO RODRIGUES MORENO, Relator

Não assiste razão a recorrente.

Conforme muito bem fundamentou a Decisão recorrida, o auxilio doença e a licença para tratamento de saúde, são institutos distintos. O primeiro, abrigado pela CLT e a LOP, é pago pelo órgão previdenciário no qual esta filiado o beneficiário, sendo nominalmente citado pela legislação do Imposto de Renda em seu Art. 40 inc. XXXVI do Regulamento do Imposto de Renda, como rendimentos que não integram o computo do rendimento bruto.

Por outro lado, a licença para tratamento de saúde é instituto previsto no Art. 102 inc. III da Lei nro 8.112/90 - Regime Jurídico Único, que rege as relações trabalhistas entre a União e os servidos civis. De observar-se ainda, que o afastamento em virtude de licença para tratamento de saúde é considerado como efetivo exercício, recebendo o servidor, integralmente seus vencimentos do próprio empregador, ao contrario do auxilio doença, que é pago pelo órgão previdenciário e sujeito a limites e condições.

Não se pode deixar de citar ainda, que em termos de isenções, o comando legal maior, Código Tributário Nacional, determina que as mesmas devem ser aplicadas e interpretadas literalmente (Art. 111 inc. II), vedada, portanto, a aplicação da analogia ou outros institutos jurídicos que ampliem a norma legislativa.



Acórdão nº.: 102-43.999

Isto posto, voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso, indeferida, portanto, a restituição pleiteada.

Sala das Sessões - DF, em 11 de novembro de 1999.

MÁRIO RODRIGUES MORENO